



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 404/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de gêneros alimentícios e outros em derivados ao DIA INTERNACIONAL DA MULHER para atender o público alvo assistido pela Assistência Social de Alto Paraíso /RO. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. PLANILHAS DE ESPECIFICAÇÕES;

Planilha 01: ALIMENTAÇÃO: Café da Manhã.

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
1)	40	PCT	Café torrado , em pó, de ótima qualidade para consumo, contendo em sua embalagem de 500g, o nome da empresa, SAC, lote e validade mínima de 150 dias a contar pela data de entrega.
2)	30	PCT	Açúcar de origem vegetal , constituído fundamentalmente por sacarose de cana de açúcar, aspecto sólido com cristais bem definidos, cor branca, odor e sabor próprio do produto, embalagem intacta de 2 kg, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto, validade mínima de 6 meses da data entrega.
3)	2000	UNID	Pão Tipo francês , ingredientes farinha de trigo/fermento/sal/açúcar/margarina e água, (50g).
4)	250	LT	Leite Integral – UHT , (ultra high temperatura) Embalagem com 1 litro, embalagem contendo dados de fabricação do fabricante, peso líquido, data de fabricação (acondicionamento) e prazo de validade. O produto deverá estar registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.
5)	15	CX	Chá Mate Tostado , Caixa com 250 gramas erva mate tostado constituído de folhas novas; de espécimes vegetais genuínos ligeiramente tostados e partidos; de cor verde amarronzada escura; com aspecto cor cheiro e sabor próprio; isento de sujidades e larvas.
6)	30	PCT	Biscoito Doce , tipo maisena, pacote com 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. O produto deverá estar registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

7)	30	PCT	Biscoito Água e Sal , pacote com 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquida de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. O produto deverá estar registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.
8)	25	UND	Margarina , com mínimo de 66% de lipídeos pote de 500 g, embalagem contendo dados do fabricante, peso líquido, data de fabricação (acondicionamento) e prazo de validade. O produto deverá estar registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.
9)	20	KG	Carne Bovina de 2º Moída , Carne segunda qualidade sem osso moída (tipo acém, fraldinha ou paleta) inspecionada por órgão competente, de boa qualidade para consumo, livre em gordura, em embalagem transparente contendo o tipo de carne e a quantidade em kg. A capacidade de cada embalagem deverá ser no Máximo de 02kg.
10)	20	KG	Cenoura , lavada, de primeira qualidade, tamanho médio, limpo (sem barro) em quilo, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, a ausência de sujidades, parasitoses e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Com prazo de validade semanal.
11)	04	KG	Extrato De Tomate C/ 190 Gr , Extrato de Tomate, concentrado, embalagem contendo no mínimo 190g, com identificação do produto e prazo de validade.
12)	04	KG	Cebola , branca, lavada, de primeira qualidade, tamanho médio, limpo (sem barro) em quilo, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, a ausência de sujidades, parasitoses e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Com prazo de validade semanal.
13)	02	KG	Alho-In Natura , Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento, livre de danos defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidade, parasitas e larvas e defensivos agrícolas.
14)	10	KG	Tomate , lavado, de primeira qualidade, tamanho médio, limpo em quilo, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, a ausência de sujidades, parasitoses e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. Com prazo de validade semanal.
15)	70	KG	Poupa De Fruta Variados , poupa de fruta de primeira qualidade, embalagem individual, com no mínimo 100g, embalagem em saco



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

			plástico transparente e resistente, com especificação dos ingredientes, data de fabricação e o prazo de validade. Sabores variados.
16)	50	KG	Melancia , madura, de ótima qualidade para consumo, de tamanho médio doce, sem fermento em sua casca e limpa.
17)	04	KG	Banana Maça In-Natura Madura , de primeira qualidade, in natura, com 70% de maturação, sem danificação física, casca íntegra, isenta de substância terrosa, sujidade, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor, sabor e aroma estranho, peso por unidade aproximadamente 100 g.
18)	04	KG	Abacaxi , de primeira qualidade com 70% de maturação, em danificação física, casca íntegra, peso por unidade de aproximadamente 1,3 kg
19)	04	KG	Melão Amarelo , de ótima qualidade, com a sua parte externa de coloração amarelada, Íntegra e sadia. A sua parte interna de coloração branca e de sabor doce.
20)	04	KG	Uva , é uma fruta produzida pela videira, uma planta do gênero Vitis que também inclui outras espécies de trepadeiras nativas de várias regiões do mundo. As uvas podem apresentar tonalidade, tamanho e sabor distintos conforme a cepa (variedade específica de uva) cultivada.

Planilha 02: Alimentação: Almoço

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
1)	30	PCT	Arroz , branco, tipo 1. Embalagem contendo 5 kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data da fabricação, prazo de validade, peso líquido. O produto deverá está registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.
2)	05	KG	Alho , Aparência fresca e sã, colhidos ao atingirem grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitos ou larvas e resíduos de defensivos agrícolas.
3)	150	KG	Tomate In Natura , de boa qualidade para consumo, vermelho, sadio, limpos, sem vestígios de terra, em embalagem limpa e transparente.
4)	30	KG	Cebola In Natura , de boa qualidade para consumo, de tamanhos grandes, sem vestígios de terra, sadias, em embalagem limpa e transparente.
5)	15	UND	Vinagre de tinto claro , embalagem contendo 750ml, com identificação do produto e prazo de validade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

6)	05	UND	Azeite , de ótima qualidade para consumo, em embalagem de 250 ml, contendo o nome da empresa, Lote, SAC, data de validade mínima de 100 dias contados a partir da data de entrega.
7)	15	KG	Pimentão , de primeira qualidade, in natura, fresca de ótima qualidade compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento, não serão permitidos danos que lhe alterem a conformam a aparência, isento de sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações, peso e tamanho padrão.
8)	30	MÇS	Cebolinha verde , in-natura, para tempero, de ótima qualidade para consumo, limpa, de folhas verdes e saudáveis, em embalagem limpa e transparente.
9)	100	KG	Mandioca , de ótima qualidade para consumo, sem casca, limpa, de fácil cozimento, entregue em embalagem limpa e transparente.
10)	300	PTS	Refrigerante 2 litros , de diversos sabores
11)	30	UND	Óleo , de boa qualidade para consumo, com rotulagem ou informações nutricionais, com N° do lote, com vencimento de no mínimo de 100 dias contados a partir da data de entrega em embalagem de 900ml.
12)	15	KG	Sal Refinado , iodado, para consumo doméstico, pacote contendo 01kg, com identificação do produto e prazo de validade.
13)	50	SC	Gelo saco , grande de 05 kg
14)	300	KG	Carne bovina de segunda sem , osso tipo fraldinha, paleta, acém 40kg de costela Ripa
15)	80	KG	Costela bovina , tipo ripa
16)	25	SC	Carvão Vegetal , Saco modelo 60 KG
17)	30	Kg	Bacon , uma carne de porco entremeada de gordura macia, o bacon passa por um processo de salgamento da carne, após, a mesma carne é defumada, e é indicado seu consumo frito, grelhado, cozido e até mesmo assado.

Planilha 03: Talheres

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
1)	250	PCT	Prato descartável PCT C/ 10 UND
2)	60	PCT	Garfo descartável C/50 UND
3)	03	CX	Copo Plástico 200ml Branco , caixa 2.500 unidades

RUA Francisco Gomes. 3077 – Próximo ao hospital municipal Osvaldo Cruz. Bairro Centro
Alto Paraíso / RO- Fone (69) 3534-2775 e-mail-semtasaltoparaíso@hotmail.com

www.altoparaíso.ro.gov.br

“Capital Nacional do Jerico Motorizado”



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

4)	30	UNID	Guardanapo de Papel Folha Simples 23,5 x 22cm com 50 Unidades.
5)	05	PCT	Papel Toalha , Toalha de papel, folha dupla, picotada, cor branca (100% branca), super-resistente, de rápida absorção, primeira qualidade. Pacote com 02 rolos de 60 toalhas medindo 20x22cm.
6)	15	PCT	Papel higiênico C/ 4 UND , de boa qualidade, folha simples, grafado, picotado, na cor branca, medindo 30mx10cm, neutro, sem relevo, compostos de fibras celulósicas/naturais, exceto aparas de papel, tubete medindo de 4,0cm, conforme as normas do INMETRO, INPI E N.B.R. Embalagem com pacotes com boa visibilidade com 04 rolos e serviço de atendimento ao consumidor. VISIBILIDADE DO PRODUTO.

Planinha 04: BRINDES;

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO
1)	03	UNID	Garrafa de café , Material plástico, capacidade 01 (um) litro, característica adicionada café, serve com pressão.
2)	01	UNID	Panela elétrica de arroz , ideal para cozinhar arroz, verdura e legumes, capacidade de cozinhar 10 xícaras de arroz (cru), acompanhando com um copo dosador com a medida ideal para preparar o arroz. Voltagem: 110v na cor preta
3)	02	UNID	Liquidificador , resistente, com 700W de potência e lâminas em aço inox integrado, copo em Cristal transparente e resistente, o botão giratório, 5 tipos de velocidade, Função Pulsar, copo tamanho família. Voltagem: 110v Cor: preto
4)	01	UNID	Ventilador de Coluna , 40 cm; Design moderno com base circular; desmontável, fácil de limpar e guardar; Grande vazão de ar; Três velocidades; oscilante com inclinação regulável; Grade segura com proteção total: Grade fechada, proporcionando maior segurança; Coluna regulável permitindo variações de posição: proporcionando o melhor ângulo de utilização;

1.2. As aquisições desta contratação são caracterizadas como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Dos órgãos participantes

1.4. Órgão participante dessa Aquisição de gênero alimentício.

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os produtos a serem entregues deverão estar em conformidade com as especificações mínimas constantes no termo de referência e de acordo com as normas sanitárias vigentes (Municipal/Estadual e Federal), e ainda coadunadas nas cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, bem como atender a todas as disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores. O licitante deverá comprovar os requisitos de habilitação definidos em edital.

4.2. Arcar com todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo adicional de frete na entrega, transporte e descarregamento.

4.3. Trocar e substituir, sem custos adicionais e após comunicação, todo e qualquer produto que se revelar defeituoso ou em desacordo com o termo de referência, estiver com prazo de validade vencido durante a entrega dos mesmos.

4.4. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital que precedeu a Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.5. A Contratada deverá adotar as seguintes condições e práticas de sustentabilidade ao produto:

4.5.1. Todas as carnes deverão conter o Registro de inspeção sanitária de acordo com as normas Sanitárias vigentes.

4.5.1.1. O armazenamento, transporte e entrega devem atender a todas as normas sanitárias vigentes, devendo a empresa se responsabilizar pelo conhecimento e atendimento a todas as regulamentações sanitárias: municipal, estadual e federal.

4.6. A empresa responsável pelo fornecimento do produto será responsável por todos os prejuízos que possam causar ao Município, decorrentes de negligências do não atendimento das nossas solicitações no prazo estabelecido no item incorrendo, neste caso em penalidades a serem aplicadas conforme as legislações vigentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

4.7. A empresa deverá arcar com as despesas decorrentes de frete e transporte dos produtos, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser contratado, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços.

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DA SOLICITAÇÃO

5.1.1. Os produtos serão solicitados conforme a necessidade da secretaria e deverão ser entregues conforme solicitado em Nota de Empenho e ordem de faturamento.

5.2 DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.2.1. Os produtos deverão ser entregues sempre que solicitados dentro do prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados após o envio da ordem de faturamento e/ou empenho, conforme solicitado por essa secretaria, de forma que não comprometa a realização de atividades públicas, a qual se destina. Os produtos licitantes deverão ser entregues, no Centro de Referência de Assistência Social do Município de Alto Paraíso, situado na Rua Paulo VI, 4296, Bairro Centro, Alto Paraíso/RO - CEP:76.862-000 -Telefone: (69) 9-9239-2042, mediante nota fiscal, no horário das 07:30min às 12:30min de segunda-feira a quinta-feira e das 07:30min às 13:30min sextas-feiras.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (02) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da contratação decorrente caberá à secretaria requisitante, a qual designará servidores nomeados através de portaria/decreto conforme indicação do atual gestor da pasta para fiscalizar e acompanhar o objeto da presente licitação, esses servidores determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos.

6.2. Caberá aos fiscais, juntamente com a superintendência de licitações e equipe de apoio, o controle e a administração dos preços registrados, devendo:

6.2.3. Aplica, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na aquisição de gênero alimentício ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

6.2.4. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da aquisição de gênero alimentício, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.2 Liquidação

7.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato (nota de Empenho) do órgão contratante;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM, em regime aberto.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

8.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Documentos de identificação contendo RG e CPF do (s) sócio (s) ou sócio administrador;

8.13. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

8.14. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.15. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.26. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 13.308,57** (treze mil e trezentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na planilha 01 (um), 02 (dois) e 03 (três) 3 do ETP.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária SEMTAS: 02.05.01;

Projeto de Atividade: 08.122.1002.2017.0000

Elemento despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 091 (com a contrapartida da ficha: 092)

11. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE

11.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

11.2. Solicitar formalmente à Contratada, mediante ordem de faturamento, a entrega dos produtos.

11.3. Efetuar o recebimento dos materiais, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal e certidões.

11.4. Promover a fiscalização do objeto deste registro, quanto ao aspecto quantitativo e qualitativo, a serem entregues pela CONTRATADA.

11.5. Registrar os defeitos, falhas e/ou imperfeições, detectadas e imediatamente comunicar à CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

11.6. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de material, emitido pela comissão de recebimento, os produtos entregues em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades. O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa do produto, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.

12.7. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;

12.8. Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à entrega do objeto deste instrumento;

12.9. Determinar à Contratada, mediante notificação, o cumprimento de obrigação contratual assumida, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;

12.10. A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação. Dando o direito ao contraditório e ampla defesa.

12.11. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DA AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO

13.1. A licitante vencedora ficará obrigada a atender todas as ordens de faturamento efetuadas durante a vigência da aquisição, mesmo que a entrega delas estiver prevista para data posterior a do seu vencimento;

13.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade.

13.3. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do órgão solicitante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na entrega do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

13.4. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

13.5. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital que precedeu na aquisição, o mesmo será recusado, ficando a detentora responsável pela substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

13.6. Cada produto deverá ser entregue mediante Nota de Empenho, a qual poderá ser enviado por ofício ou e-mail devendo nesta constar: data, valor unitário do produto, quantidade solicitada, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante;

13.7. Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação de que possuem todas as características consignadas nas especificações definida.

13.8. A empresa deverá arcar com as despesas decorrentes de frete e transporte dos produtos, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser contratado, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços;

13.9. A Contratada deverá comunicar antecipadamente os motivos que impossibilite o seu cumprimento da obrigação assumida;

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/21:

a) advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o município;

b) aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas hipóteses de inexecução total, e de 5% (cinco por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa nos termos do art. 155 da Lei n.º 14.133/21;

c) impedimento de participação em licitação de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/21.

14.2. O não cumprimento, pela empresa, do prazo para a disponibilização dos materiais ensejará a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração, incidente sobre o valor total desta contratação, contado a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

14.3. A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias. Após o 20º (vigésimo) dia, a contratação poderá, a critério da Administração, não ser mais aceita, configurando-se a inexecução total da contratação, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no instrumento contratual (LLC, art. 95 Nota de Empenho).

14.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e d, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

14.5. A empresa terá o prazo máximo de 2 dias úteis, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da nota de empenho.

14.6. No caso da aplicação da penalidade, o valor da multa não-recolhido será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa, para posterior execução pela Procuradoria Jurídica Municipal.

14.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14.8. No caso de rescisão contratual será observado o disposto nos arts.155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15. DA JUSTIFICATIVA DA FORMAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO

15.1 Aquisição De Gênero Alimentício é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços e aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

15.2 Aquisição De Gênero Alimentício apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

17. DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO

17.1. O Município convocará as empresas para assinatura da Aquisição De Gênero Alimentício, conforme Minuta em anexo ao Edital de Licitação;

17.2. Para assinatura da respectiva aquisição, as empresas terão o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação.

18. DA TRANSFERÊNCIA DA RELAÇÃO CONTRATUAL

18.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes a relação contratual por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes Estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes a licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1. Qualquer divergência ou alteração que se faça necessárias neste Termo de Referência serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Alto Paraíso no que houver.

20.2. Os objetos do referido processo serão atendidos pela empresa qualificada no certame Licitatório realizado pela Comissão Permanente de Licitação.

20.3. O presente Termo de Referência foi requisitado e elaborado através de informações prestadas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, conforme as necessidades, no uso de suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e com concordância do Ordenador de Despesas

21. INFORMAÇÕES GERAIS

21.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (69) 3534-2981, no e-mail: cpl.pmap123@hotmail.com Fontes de Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na sede da Prefeitura Municipal, Rua Marechal Rondon nº 3031, Centro, Alto Paraíso - RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.